

PROJETO DE LEI Nº 316/2019

PROPOSITURA: 2019.10000.10300.5.003055

AUTORIA: VEREADOR RONALDO TABOSA

EMENTA: “Dispõe sobre a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) dos imóveis construídos como habitação popular pelo Município a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e dá outras providências”.

**Ementa: “Dispõe sobre a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) dos imóveis construídos como habitação popular pelo Município a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e dá outras providências”.
Atribuição Privativa do Chefe do Poder Executivo do Município. Ilegalidade.
Contradição ao art. 59 da LOMAN.**

O Presente Projeto de Lei prevê que fica reservado, no mínimo, 10% (dez por cento) dos imóveis construídos pelo Município como habitação popular para pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

O disposto nesta lei aplica-se a todo e qualquer programa empreendido pela municipalidade, independente do nome que o programa venha a ter.

Em justificativa o nobre Vereador aduz que Entre os direitos da pessoa idosa está o direito a condições de vida apropriadas, o que implica o direito a uma habitação, sendo as moradias populares aquelas que mais facilmente satisfazem esse direito.

É o que tinha, em suma, a relatar,

Passo a opinar.



PROCURADORIA LEGISLATIVA

FLS Nº _____

ASSINATURA

Waluke

A proposição, embora tenha um objetivo de propor a promoção de moradias às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, cria obrigações aos Órgãos do Poder Executivo, através de suas Secretarias que as ações a serem implementadas deverão ser realizadas pelos Órgãos da Prefeitura.

Não é possível que um Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo crie obrigações para o Poder Executivo, através de suas Secretarias.

Art. 59- LOMAN. “Compete, privativamente, ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional do município.

Analisando detidamente o presente PL, depreende-se que o mesmo impõe uma série de ações do Poder Público municipal para a sua consecução.

Assim resta inviabilizado o presente Projeto de Lei por razões jurídicas apontadas.

Deixando de analisar o mérito e sob a ótica constitucional e legal, sugiro ao Exmo. Vereador Relator que se manifeste desfavorável à tramitação





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA PL ISO 9001

Nº 316/2019

PROCURADORIA LEGISLATIVA

FLS Nº _____

ASSINATURA Waldira

do presente projeto de lei, eis que está expressamente em desacordo com a Lei Orgânica do município de Manaus.

Manaus, 27 de novembro de 2019.

Priscilla Botelho S. de Miranda

Procuradora da CMM





CÂMARA MUNICIPAL DE
Manaus

**PROCURADORIA
GERAL**

CMM/DL/DIAC/DECOM

PROPOSITURA

PL

Nº

316/2019

FLS Nº

ASSINATURA

Roberto Tatsuo Nakajima F. Neto

ISO 9001

PROJETO DE LEI Nº 316/2019

PROPOSITURA: 2019.10000.10300.5.003055

AUTORIA: VEREADOR RONALDO TABOSA

EMENTA: "Dispõe sobre a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) dos imóveis construídos como habitação popular pelo Município a pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e dá outras providências".

DESPACHO

Acolho, por suas jurídicas razões, o bem lançado pronunciamento da ilustre Procuradora **Dra. Priscilla Botelho S. de Miranda**, com base nos seus jurídicos fundamentos.

Sendo este o entendimento desta Procuradoria.

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL, em Manaus, 29 de novembro de 2019.

ROBERTO TATSUO NAKAJIMA FERNANDES NETO
Procurador Geral